



J. M. CALDEIRA DA SILVA

O Relatório sobre a Saúde no Mundo, 1995, “Reduzir as Desigualdades”, Organização Mundial de Saúde, Genève

Por decisão do Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde (OMS), este organismo publicou, em Maio passado e sob a responsabilidade directa do seu director-geral, o primeiro Relatório sobre a Saúde no Mundo, cuja edição passa a ser anual.

Trata-se de um documento conciso e fácil de ler, embora abranja a globalidade das questões da saúde.

Segundo a expressão do próprio director-geral, Dr. Nakajima, o documento faz-se eco da extensão da verdadeira tragédia que, em realidade, atinge a humanidade. Não se trata de um simples e frio relatório estatístico, embora as suas estatísticas sejam tristemente eloquentes. Trata-se antes de uma abordagem da saúde das pessoas, na medida em que

□

J. M. Caldeira da Silva é professor catedrático da ENSP, da qual é director.

ela influencia a sua qualidade de vida. Constitui-se num terrível requisito contra a nossa época.

É, sem dúvida, um documento impressionante, muito útil e um instrumento indispensável para os decisores, autoridades e académicos da área da saúde, da sua política e administração. É uma referência obrigatória.

O livro divide-se em quatro capítulos – (1) o estado da saúde nomundo; (2) contribuições da OMS para a saúde; (3) planificação do futuro; (4) evolução da OMS –, os quais são completados por uma vasta secção com estatísticas.

Os objectivos últimos do Relatório são (1) persuadir a comunidade internacional da necessidade de um compromisso e envolvimento político que volte a colocar a pessoa humana e a saúde no centro da agenda e dos objectivos do desenvolvimento,

bem como (2) concentrar esforços visando preparar um futuro mais são para a humanidade, um futuro onde cada um e todos possam ter a possibilidade igual de acesso à saúde.

De destacar a ligação enfática entre saúde e pobreza que o Relatório aponta com grande veemência. Fala mesmo de uma «conspiração» da pobreza com as doenças mais mortíferas e dolorosas, destinada a tornar miserável a existência daqueles que a ela estão sujeitos; «influência nefasta desde o berço até ao túmulo».

«The world's biggest killer and the greatest cause of ill-health and suffering across the globe is listed almost at the end of the International Classification of Diseases. It is given the code Z 59.5 – extreme poverty.»

O Relatório não se limita a um diagnóstico de situação, mas propõe e prescreve medidas para melhorar

a saúde no mundo, avançando programas e estabelecendo prioridades.

O Relatório refere as profundas mudanças de carácter político, económico, social e sanitário que o mundo testemunhou nos últimos dez anos, concluindo que os Estados membros experimentaram muitas dificuldades ao enfrentarem os desafios que coloca o desenvolvimento.

Globalmente, o estado de saúde das pessoas e o seu acesso a cuidados de saúde melhoraram apreciavelmente naquele período, mas há uma forte preocupação sobre se cada país tem capacidade para manter ou melhorar os resultados alcançados no sentido de obter melhor saúde para todos.

Disparidades, que se acentuam, tornam-se evidentes, no que respeita a saúde e a acesso a cuidados, entre países e entre comunidades do mesmo país.

A apresentação e a análise comparativa de dados demográficos, estatísticas vitais e informação económica sobre a saúde relativas aos países das várias regiões do planeta são simultaneamente preciosas e perturbadoras, já que as diferenças são dramáticas.

Pode ler-se que a esperança de vida à nascença é de 79 anos no Japão, 78 na Suíça e 42 no Uganda (1993), enquanto o PIB/habitante é, respectivamente, de 28 000, 36 080 e 170 US dólares, dedicando os mesmos países, para despesas de saúde, por habitante e por ano, respectivamente, 2045, 1538 e apenas 8 US dólares.

As doenças infecciosas e parasitárias são ainda responsáveis por 17 milhões de mortes em cada ano, enquanto as doenças diarreicas provocam 3 milhões de mortes de crianças, por ano, nos países menos desenvolvidos.

A tuberculose atribui-se a responsabilidade de 3 milhões de mortes em 1993, esperando-se que, em 1995, sejam declarados cerca de 9 milhões de novos casos, com mais de 7000 mortes por dia e mais de 1000 casos novos por hora.

O Relatório prevê que até ao ano 2000 tenham sucumbido pela SIDA mais de 8 milhões de pessoas, a maior parte nos países em desenvolvimento, haja cerca de 5 milhões de crianças infectadas pelo VIH e entre 5 e 10 milhões de órfãos em resultado da SIDA.

Os números relativos a mortes por acidentes de trabalho – 600 por dia –, assim como as atribuídas ao tabaco – 6 por minuto –, são conhecidos, mas brutais. Entretanto, pensa-se que a demência atinja cerca de 22 milhões de pessoas no mundo e estima-se que metade da população do globo está privada de um acesso regular a medicamentos essenciais.

Através do Relatório, o leitor identifica o controle e erradicação de doenças infecciosas e parasitárias como os maiores êxitos da OMS.

O progresso e os resultados no que respeita à distribuição e aplicação de vacinas são também evidentes (em colaboração com a UNICEF), assim como na produção de novas vacinas.

Para lutar contra o «estado da arte» no sector da saúde, a nível mundial, ficamos a saber que a OMS tem programas a avançar, como o que promove o recurso ao leite materno na alimentação das crianças, de prevenção de cardiopatias coronárias, de políticas nacionais para alívio da dor em casos de cancro e cuidados paliativos (46 países), de redução para 50% das situações de subnutrição em crianças, um programa integrado de saúde e envelhecimento (operacional em 1996) e ainda o programa Cidades Saudáveis, a que aderiram já 650 municípios.

Pela leitura do Relatório entende-se que a OMS pretende um maior protagonismo na cena política mundial e nas grandes decisões, fazendo introduzir a saúde nas agendas das organizações e iniciativas que detêm o poder, impondo a ideia de que a saúde respeita a todos os sectores da actividade e a eles interessa.

A OMS obriga-se a denunciar a pobreza como o grande inimigo da saúde e a lutar contra ela em conjunto com outras agências e com os

Estados membros e a advogar o reforço de dois princípios fundamentais em política da saúde – a equidade e a solidariedade.